



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MARECHAL DEODORO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23041.008313/2018-62
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2018 – UASG Nº 158147
PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL Nº 23041.034558/2018-45
UASG Nº 158380**

**PUBLICADO DOU
nº 140, de 23/ 07/ 2020
Pág. 50, Seção 3**

**TERMO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO Nº
08/2018/CAMPUS MARECHAL DEODORO,
QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO
FEDERAL DE ALAGOAS E A EMPRESA
GLOBAL SERVIÇOS & COMÉRCIO LTDA..**

O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS MARECHAL DEODORO, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, inscrito no CNPJ sob o nº 10.825.373/0002-36, com sede na Rua Lourival Alfredo, 176, Poeira, Marechal Deodoro, Alagoas, CEP: 57.160-000, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. **EDER JUNIOR CRUZ DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade nº 1125911913-SSP/BA e CPF nº 986.646.385-00, nomeado pela Portaria nº 1875/GR, de 19/06/2019, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **GLOBAL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 09.439.320/0005-40, sediada no Cond. Licitar Gestão de Negócios, Rua Durval Coelho Normande, no 200, Sala 04. Bairro: Farol, Cidade: Maceió/AL, CEP: 57055-210, Telefone: (82) 9 8155-8546, neste ato representado por seu representante legal o Sr. **DOUGLAS ALVES VENÂNCIO**, portador da carteira de identidade 32051700-SSP/AL, e inscrito no CPF sob o nº 070.681.494-05, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo de Execução Contratual nº 23041.034558/2018-45 – Pregão Eletrônico nº 16/2018- UASG 158147**, que a este se integra, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento na Lei nº 8.666/1993 e Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017, legislação correlata e demais preceitos do direito público, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

1 . CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 . O presente Termo Aditivo tem por objeto registrar a alteração de CNPJ da Contratada no ambiente SIASG-SICON.

2 . CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE CNPJ

2.1 . Considerando o Termo Aditivo nº 02 do Contrato nº 08/2018/Marechal Deodoro, publicado no DOU nº 136, de 17/07/2020, página 99, seção 3, o qual tratou, entre outros, da alteração para substituir o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e endereço da matriz para a filial da Contratada.

2.2 . Observou-se a ausência de alteração do CNPJ da CONTRATADA no SICON - Sistema de Gestão de Contratos e, por se tratar de vício sanável, a alteração passa a ser feita por meio deste instrumento.

3 . **CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTAÇÃO**

3.1 . O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, caput, da Lei nº 8.666/93.

4 . **CLÁUSULA NONA – RATIFICAÇÃO**

4.1 . Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato que o originou, passando a integrar o presente termo aditivo, independentemente de transcrição.

5 . **CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO**

5.1 . A Contratante publicará extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

6 . **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

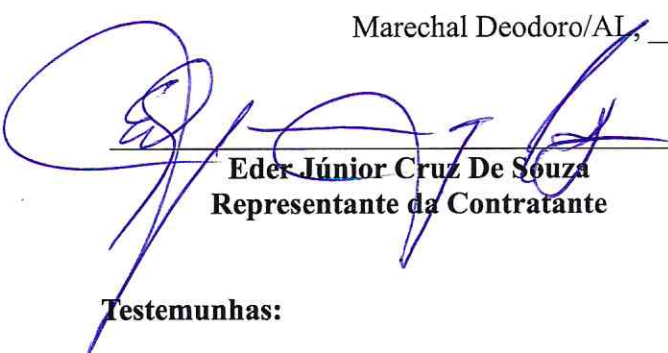
6.1 . Fica expressamente acordado que ao presente termo Aditivo aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira, inclusive quanto aos casos omissos.

6.2 . O foro da Seção Judiciária da Justiça Federal na cidade de Maceió/AL é o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente contratação, com expressa renúncia de qualquer outro pelas partes, por mais privilegiado ou especial que seja.

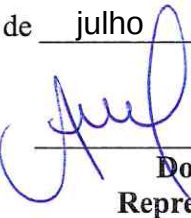
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 01 (uma) via digital OU 02 (duas) vias físicas que, depois de lidas e achado em ordem, vão assinadas eletronicamente e/ou fisicamente pelos contraentes e por duas testemunhas, cujas assinaturas digitais são válidas e certificadas pelo ICP-Brasil, cuja autenticidade pode ser verificada em <<https://verificador.iti.gov.br/>>.

Caso as assinaturas digitais e/ou físicas das partes se deem em datas distintas, será considerada data de assinatura deste instrumento contratual a data de assinatura do representante legal da Contratante, independente de quando tenha se dado a assinatura do(s) representante(s) legal(is) da Contratada.

Marechal Deodoro/AL, 21 de julho de 2020.



Eder Júnior Cruz De Souza
Representante da Contratante



Douglas Alves Venâncio
Representante da Contratada

Douglas Alves Venâncio
GERENTE ADMINISTRATIVO

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____